



Bases para a economia crescer

Alavancando o setor produtivo

Os 13 anos do PT à frente do governo federal foram marcados pelo **compromisso com o estímulo do crescimento e com a geração de empregos**. Para isso, era fundamental criar condições propícias à atuação do setor produtivo.

No período do PT, houve o reconhecimento de que há políticas e medidas que competem ao governo quando o desenvolvimento do país é o objetivo maior. Mobilizar as empresas públicas, usar os instrumentos do Estado para aprimorar o ambiente em que as empresas atuam, apoiar o investimento produtivo e abrir novos mercados, tudo isso fez parte de uma diretriz clara de nossas gestões. **Produzir em quantidade e com competitividade no Brasil é fundamental para gerar empregos e oportunidades e melhorar a vida do povo.**

DEMOCRATIZANDO O ACESSO AO CRÉDITO

Sob a premissa de que uma economia capitalista se dinamiza quando há crédito disponível em prazos e condições adequadas para financiar o consumo e o investimento, os governos do PT mobilizaram vários instrumentos para estimular a inclusão bancária da população e ampliar o financiamento do setor produtivo. O resultado foi um **expressivo crescimento do crédito doméstico**, o que alavancou o crescimento do consumo, da produção e do emprego durante os 13 anos de governo do PT.

Já em 2003, foram adotadas três medidas fundamentais para facilitar o acesso da população ao sistema financeiro e ao crédito.

★ A primeira delas foi a autorização da **criação de contas correntes simplificadas**, com procedimentos de abertura e movimentação menos burocratizados, sem exigência de comprovação de renda e residência e sem cobrança de taxas. O objetivo dessa medida era viabilizar o **acesso da população de baixa renda a serviços bancários**.

★ A segunda foi o **estímulo ao desenvolvimento do microcrédito**. Nos nossos governos, passou a ser obrigatório que 2% das

exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras fossem destinados a operações de microcrédito. Tal medida foi reforçada com a criação do **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**, em 2006, e do **Crescer**, em 2011. Com eles, foi possível facilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito necessário para operar e expandir seu negócio. Entre 2008 e 2015, **mais de 28 milhões de clientes foram beneficiados**, mobilizando R\$ 92 bilhões.



★ Já a terceira ação adotada por nossos governos foi a instituição do **crédito consignado**. Trata-se de um tipo de crédito garantido pelo desconto em folha de pagamento da parcela mensal de amortização. Ele teve papel central na expansão do crédito, dada a facilidade de obtenção e os custos reduzidos, em especial para tomadores de menor renda. Entre 2007 e 2015, o volume de crédito consignado mais que dobrou, tornando-se um instrumento especialmente importante para os trabalhadores do setor público bem como para aposentados e pensionistas do INSS.

direcionado e empréstimos do Tesouro para alavancar o investimento no setor produtivo. No caso do Banco do Brasil e da Caixa, houve também um esforço para apoiar a **inclusão bancária**, com a ampliação da clientela de varejo e a concessão de microcrédito e consignado. Já no BNDES, especial atenção foi dada aos micro e pequenos negócios, para os quais foram criadas linhas e instrumentos especiais, como, por exemplo, o Cartão BNDES.

A maior participação dos bancos públicos na oferta de crédito – e seu engajamento nas políticas necessárias ao desenvolvimento – foi realizada de forma responsável. Por isso, ao longo de todo o período de governos do PT, esses bancos registraram lucro líquido expressivo e mantiveram-se saudáveis financeiramente.

■ O novo papel dos bancos públicos

Os bancos públicos tiveram papel relevante no processo de **ampliação da oferta de acesso ao crédito**. Os governos Lula e Dilma orientaram essas instituições para trabalhar fortemente em favor do desenvolvimento do país, sobretudo de segmentos a que o sistema financeiro privado dedica menor atenção – longo prazo, rural e habitacional.

BNDES, Banco do Brasil e Caixa atuaram intensamente em cada uma dessas áreas, mobilizando poupança compulsória, crédito



DESMONTE

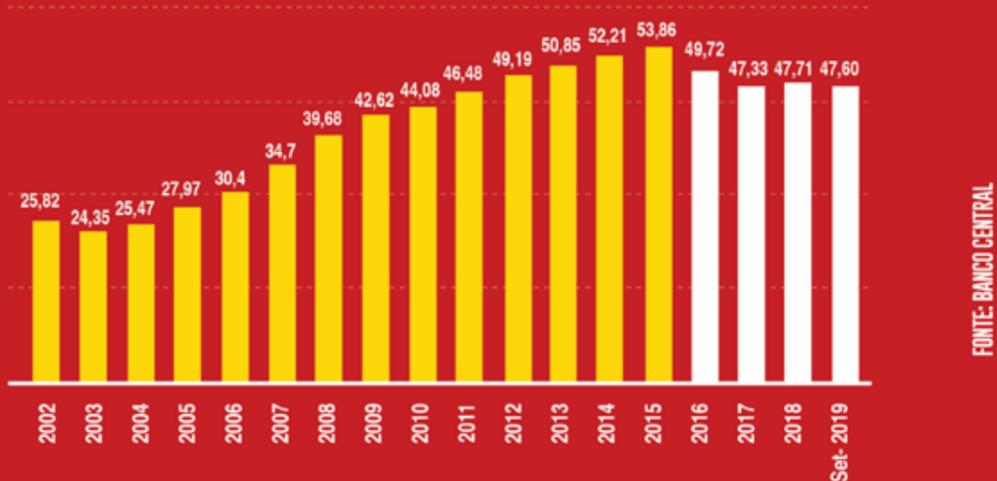
A partir do golpe, reverte-se o papel dos bancos públicos no desenvolvimento. Os volumes de desembolsos para o setor produtivo decrescem ou ficam estagnados, o que reforça a queda do nível de investimento e o baixo dinamismo da economia.

VOLUME DE RECURSOS DO CRÉDITO PESSOAL CONSIGNADO

■ TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO ■ TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO ■ APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS



SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB (EM %)



FOMENTO À PRODUÇÃO E À COMPETITIVIDADE

Os governos do PT adotaram um amplo conjunto de medidas para estimular o **crescimento da produção e da competitividade da indústria nacional**. Ao longo dos 13 anos, novos instrumentos foram sendo mobilizados para atingir três objetivos complementares: reduzir os custos de produção industrial, incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e estimular as exportações.



Redução do custo de produção

As indústrias brasileiras foram apoiadas por medidas que buscavam reduzir o custo de seus dois principais insumos – trabalho e capital.

★ **Desoneração da folha de pagamentos:** no caso do custo do trabalho, além do investimento na formação de mão de obra, foi a medida que mais se destacou, eliminando a contribuição patronal para o INSS, mas preservando salários e direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

O número de setores beneficiados pela desoneração da folha foi progressivamente ampliado, até chegar a 56, que respondiam por cerca de 22% das exportações e 32% dos empregos celetistas. Entre 2011 e 2015, essa medida representou uma renúncia fiscal de R\$ 65,87 bilhões, **reduzindo o custo das empresas, ampliando sua competitividade e estimulando a geração de empregos e a formalização da mão de obra.**

★ **Simple Nacional:** outra medida decisiva para diminuir os custos das empresas foi a implementação de uma nova e ampla legislação para assegurar tratamento tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas. Em 2006, foi aprovada a lei conhecida como **Simple Nacional**, que unificou seis tributos federais, um estadual e um municipal, permitindo economia de tempo e redução de custos para as MPEs.

Em 2008, foi criado o **Microempreendedor Individual** como parte do Simple Nacional, para facilitar a formalização e a inclusão previdenciária daqueles que trabalham por conta própria. Para isso, houve redução da alíquota previdenciária e unificação dos impostos, com valor diferenciado para indústria e comércio e serviços. O sucesso dessa medida se expressa no fato de que, em menos de oito anos de vigência da lei, nada menos que 5.940.042 pequenos empreendedores tinham se registrado como MEI.

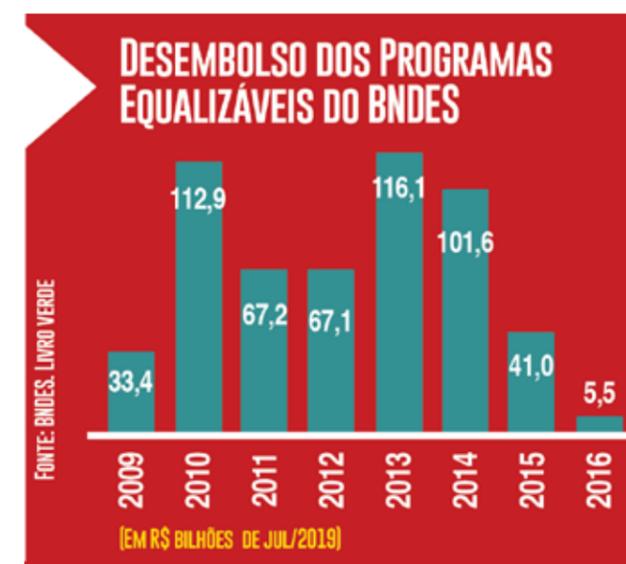
Por três vezes, em 2007, 2011 e 2014, houve ampliação dos limites de enquadramento ou das atividades que poderiam optar pelo regime diferenciado para micro e pequenas empresas. Os contínuos aprimoramentos no Simple Nacional no período do PT permitiram universalizar o regime tributário e criar um conjunto consistente e amplo de instrumentos que desburocratizaram e simplificaram a formalização, reduziram custos e abriram mercados para as MPEs, criando um ambiente econômico cada vez mais propício ao crescimento e à competitividade dessas empresas.

★ **Desoneração tributária:** a desoneração tributária buscou reduzir o custo do investimento em capital fixo. As máquinas e equipamentos adquiridos pelas empresas para ampliar ou modernizar as unidades produtivas foram isentados de todos os tributos federais. Com isso, o peso dos tributos sobre bens de capital produzidos no **Brasil decresceu dos cerca de 32%, em 2003, para 4,3% do custo do investimento.**

★ **Crédito mais barato:** finalmente, foi assegurada **oferta de crédito farta e barata para investimento**. Foram criadas várias linhas de financiamento subvencionadas, ou seja, com juros subsidiados pelo governo federal. Entre elas, cabe destaque ao **BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento)**, lançado em julho de 2009 como parte das medidas para mitigar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. O PSI foi progressivamente ampliado em sua abrangência e em seu orçamento, sempre com o propósito de propiciar redução do preço final de bens de capital

por meio do barateamento do custo do financiamento.

Entre 2009 e 2016, os programas operados pelo BNDES com equalização de juros desembolsaram um total de R\$ 545 bilhões, em valores reais, permitindo que as empresas brasileiras mantivessem seus planos de investimento, preservando e criando empregos.



DESMONTE

A partir do golpe, as linhas com juros subsidiados foram interrompidas – foi o caso do PSI – ou fortemente reduzidas. O BNDES passou a devolver recursos para o Tesouro Nacional, o que restringiu fortemente seu desempenho em favor do investimento. Como não há, no mercado financeiro do Brasil, linhas de crédito voltadas para o financiamento de longo prazo do investimento, a ausência de atuação do BNDES nesse segmento torna-se uma limitação para a retomada do crescimento.

MEDIDAS IMPORTANTES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

★ Aprovação da **Lei de Inovação (2004)** e da **Lei do Bem (2005)**, que autorizaram medidas de redução ou isenção tributária para investimentos em inovação, reduzindo o custo e diminuindo o risco financeiro das empresas;

★ Todas as políticas de desenvolvimento industrial lançadas no período previam explicitamente **medidas de estímulo à inovação**, entendidas como eixo fundamental da elevação da competitividade nacional;

★ Em 2013, foi criada Embrapii, organização social com o propósito de apoiar instituições de inovação tecnológica em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em cooperação com empresas do setor industrial. Criada para ser uma “Embrapa da indústria”, a **Embrapii já apoiou 800 projetos de 561 empresas, movimentando R\$ 1,3 bilhão e resultando em 288 pedidos de propriedade intelectual**;

★ Em 2014, foi lançado o **Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento**, a fim de incentivar a pesquisa em 20 áreas, reunindo, em torno de cada plataforma, lideranças científicas para desenvolver produtos com apoio de empresas e lançá-los no mercado;

★ Em 2015, além da aprovação da Emenda Constitucional 85, que **incluiu na Constituição o dever do Estado de estimular a inovação**, foi aprovado também o **Marco Legal de Acesso à Biodiversidade**.

Apoio à inovação

O período do PT à frente do governo federal foi pródigo em medidas institucionais e programas voltados ao fortalecimento do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) brasileiro e sua crescente integração à política de desenvolvimento. Com ênfase na construção de parcerias público-privado e na cooperação universidade-empresa, vários instrumentos de fomento, crédito, subvenção e bolsas foram mobilizados, reconhecendo a centralidade da produção de conhecimento e inovação para o avanço da estrutura produtiva nacional.

★ **Criação do Plano Inova Empresa:** o Inova Empresa foi um marco no apoio à inovação empresarial. No biênio 2013-2014, o plano apoiou projetos em oito áreas estratégicas, com um total de **investimentos de R\$ 51 bilhões**, aportados pelo BNDES e FINEP. O Inova Empresa inaugurou um novo modelo de gestão, com uma Sala de Inovação que funciona como porta única de entrada dos projetos, para os quais eram ofertadas as modalidades de apoio mais adequadas.

Ao integrar instrumentos de fomento e governança, o Inova Empresa reduziu prazos e diminuiu a burocracia, **amplificando o impacto do apoio do Estado à inovação**.

Todas essas ações foram possíveis porque, no período do PT, os recursos ao setor foram ampliados.

O orçamento para CT&I praticamente dobrou entre 2002 e 2015. Os desembolsos da Finep, a agência financeira para a área de desenvolvimento tecnológico e inovação, cresceram 66% no período 2007-2015, coerente com a prioridade dada às parcerias com empresas e instituições de pesquisa.



DESMONTE

Essa expansão de recursos foi interrompida a partir do golpe. Entre 2015 e 2018, o orçamento para o sistema de CT&I foi reduzido em 7%. Em apenas dois anos, 2016 e 2017, os desembolsos da FINEP caíram um terço, também em termos reais.

Esse processo já reflete o aumento da

desvinculação de recursos do FNDCT de 20% para 30%, com a EC 93/2016, e deverá ser intensificado com o teto dos gastos públicos, que tem atingido de forma intensa a área de CT&I. Tal cenário tende a se deteriorar em função do desprezo que o governo Bolsonaro tem demonstrado, em discurso e ações, pela geração de conhecimento, tecnologia e inovação.

Estímulo às exportações

Proteger o mercado interno e estimular as exportações foi uma diretriz da política industrial adotada em todo o período do PT à frente do governo federal. Além de medidas de promoção comercial e de negociações para construção de acordos internacionais favoráveis à indústria bra-

sileira, houve um grande esforço para dar celeridade às ações de defesa comercial, aprimorando a legislação *antidumping*, a fim de assegurar proteção mais efetiva contra a concorrência desleal.

O **regime de ex-tarifário**, que consiste na redução temporária do Imposto de Importação para máquinas e equipamentos

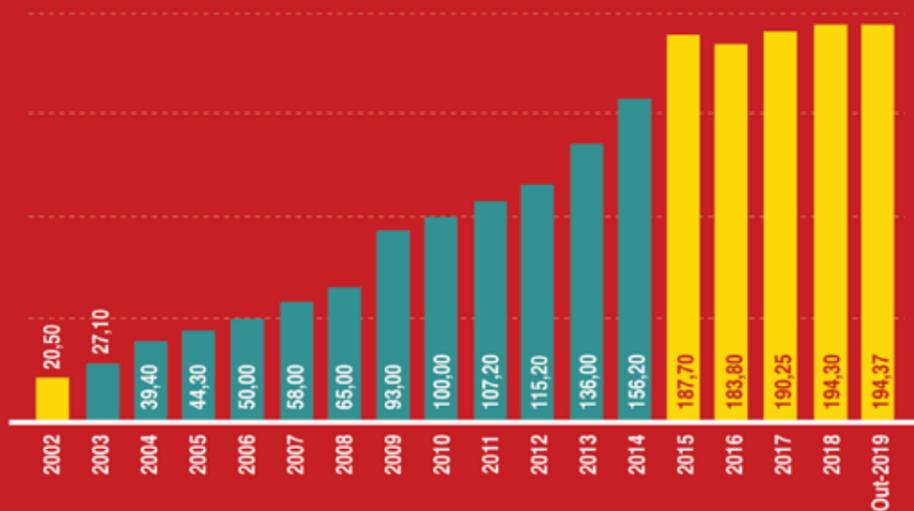
sem similar no Brasil, também foi aperfeiçoado. Trata-se de uma medida que é aplicada de forma seletiva e temporária e que estimula investimentos produtivos, mantendo, ao mesmo tempo, a proteção da indústria nacional.

O **Reintegra**, regime especial de tributação, foi aprimorado e expandido para a totalidade dos produtos manufaturados e para a maior parte dos semimanufaturados. Esse regime prevê a devolução de parte dos tributos pagos nas exportações em um percentual da receita obtida com a venda externa. Trata-se de uma forma de estimular os exportadores a beneficiar os

produtos, em vez de exportar exclusivamente a matéria bruta.

Uma iniciativa com grande impacto sobre as exportações foi a criação do **Portal Único de Comércio Exterior**, que integrou os sistemas de controle dos órgãos governamentais atuantes no comércio exterior e simplificou a intervenção do Estado nos fluxos logísticos internacionais. Ao adotar a abordagem *single window*, o Portal assegura que os sistemas de controle fiscal, aduaneiro e administrativo operem de forma harmônica, produzindo uma economia de custos de operações estimada entre 5% e 10% do valor comercializado de bens.

CRÉDITO PARA O AGRONEGÓCIO (EM R\$ BILHÕES)



FONTE: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

APOIO À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

O Brasil é reconhecido pela excelência de seu agronegócio. Nos últimos 20 anos, a produção de grãos praticamente triplicou e o país tornou-se o **maior produtor de laranja, cana-de-açúcar e café**, o segundo maior produtor do complexo da **soja**, e o terceiro, de **milho e carne de frango**.

Essa ampliação da produção ocorreu acompanhada por relevantes ganhos de produtividade, uma vez que a área plantada cresceu, nessas duas décadas, apenas 65%. Além do trabalho dos produtores, esse sucesso deve-se ao esforço empreendido, ao longo dos 13 anos de governos do PT, para apoiar e valorizar o agronegócio por meio de um conjunto de políticas de crédito, de apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias e da abertura de novos mercados.

Parte disso se expressa, em primeiro lugar, na **oferta de um volume de crédito crescente para financiar a produção**. Na safra 2002/2003, foram autorizados R\$ 20 bilhões; na safra 2015/2016, foram R\$ 187,7 bilhões, aumento real de 302%.

Houve ainda a **ampliação do limite de crédito** por agricultor e redução de seu custo, que registrou, nas três últimas safras do período do PT, taxas de juros negativas. Também foram criadas novas linhas de crédito, mais adequadas ao perfil do produtor: para médios produtores, como a do Pronamp, para estimular investimento em máquinas e equipamentos, como

o Moderfrota e o Inovagro; e para apoiar adoção de práticas mais sustentáveis de produção, como o programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono, entre outros.

Outra importante medida foi a criação do **Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)**, para diminuir os riscos do produtor agrícola. Com ele, o governo assumiu o compromisso de ajudar o produtor rural a pagar uma parte do valor da apólice do seguro, em percentual que varia conforme a cultura, a região e riscos envolvidos. As subvenções pagas pelo governo cresceram de R\$ 2 milhões, em 2005, primeiro ano de operacionalização do programa, para R\$ 693 milhões, em 2014, ano de maior cobertura. No período do PT, foram atendidos 447 mil produtores, envolvendo R\$ 2,8 bilhões.



DESMONTE

O golpe de 2016 interrompeu esse ambiente favorável ao financiamento do agronegócio. O total de recursos destinados ao financiamento pouco cresceu e, na safra 2019/2020, a primeira do governo Bolsonaro, será 14% menor, em termos reais, do que o último autorizado pela presidenta Dilma. Em relação ao seguro rural, o estrago promovido pelo golpe também foi grande, pois o número de produtores atendidos e o montante de recursos de subvenção caíram pela metade.

COMPRAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

O Estado brasileiro adquire, anualmente, bens e serviços dos mais diferentes tipos, movimentando, com suas compras, o equivalente a mais de 10% do PIB. Tamanho poder de compra passou a ser utilizado, nos governos do PT, como instrumento para garantir mercado para a produção nacional e para estimular a introdução de inovação no país.

Com o objetivo de transformar as compras públicas em instrumento estratégico de desenvolvimento, buscamos, sempre que possível, priorizar as empresas instaladas no Brasil. Nesse sentido, foram mobilizados de forma complementar três conjuntos de instrumentos: **margens de preferência, política de conteúdo nacional e encomendas tecnológicas.**

Margens de Preferência

A política de margens de preferência é adotada em vários países, sendo o exemplo mais conhecido o *Buy American Act*, utilizada pelo governo dos Estados Unidos para proteger a indústria nacional. No Brasil, tal política foi autorizada por meio de mudança na lei de licitação em 2010, e implementada a partir de 2011.

Ela consiste na definição de um percentual máximo de diferença de preço que, em li-

citações em que há vendedores nacionais e externos, pode autorizar a compra do produto nacional. A definição desse percentual era feita por setor, com base em estudos sobre o impacto na geração de emprego e renda, arrecadação tributária, desenvolvimento e inovação tecnológica e custo adicional dos produtos e serviços.

Entre outras, essa política foi utilizada nas seguintes aquisições: fardas e calçados para as Forças Armadas; ônibus para transporte escolar e ambulâncias para o SAMU; retroescavadeiras, motoniveladoras, escavadeiras, pás carregadoras, patrulhas agrícolas, pás mecânicas e perfuratrizes; caminhões, furgões e implementos rodoviários para utilização pelas Forças Armadas e outros órgãos públicos; fármacos, medicamentos, equipamentos hospitalares e insumos médicos para o SUS; mobiliário para escolas e órgãos públicos; equipamentos de tecnologia de informação e comunicação e licenças de programas para órgãos públicos.

A partir de 2014, houve a unificação da margem de preferência para as compras públicas em 25%, que deveria ser aplicada, até 2020, a todos os setores nas licitações federais para produtos manufaturados e serviços que atendam normas técnicas e que incorporem inovação.

Vale lembrar ainda que duas leis aprovadas sob gestão do PT no governo federal – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas,

de 2006, e a Lei Complementar 147, de 2014 – criaram regras específicas e mais favoráveis para a participação das micro e pequenas empresas nos processos de compras públicas. Além de compras diretas quando a licitação não ultrapassar R\$ 80 mil, o Estado deve oferecer às MPEs preferência em todos os processos licitatórios, isto é, dar tratamento diferenciado a segmento que é majoritário entre as empresas existentes no Brasil e fundamental para dinamizar as economias locais.

Política de conteúdo nacional

Outro instrumento adotado durante os governos do PT foi a política de conteúdo nacional, exigindo percentuais de produção nacional em bens e serviços adquiridos em investimentos apoiados com recursos de fundos públicos (FAT, Fundos Constitucionais etc.) e de crédito de bancos públicos (BNDES), e em políticas de investimentos relacionados a concessões públicas.

No caso da energia eólica, cuja expansão na matriz energética nacional foi, a partir de 2009, impulsionada com a realização de leilões exclusivos, o BNDES definiu parâmetros mínimos de conteúdo nacional para financiar máquinas e equipamentos para o setor. Essa política operacional foi iniciada em 2012, com regras para conteúdo nacional mínimo até 2016, as quais foram cumpridas. Em decorrência, houve

rápido desenvolvimento de uma cadeia produtiva local e eficiente, que alcançou a fabricação em território nacional de 80% de um aerogerador. Hoje, há, no Brasil, seis fabricantes de turbinas, fábricas de pás e torres eólicas e centenas de empresas que trabalham em outros componentes.

A política de conteúdo nacional mais conhecida e com resultados mais amplos é a adotada para o setor de petróleo e gás a partir de 2003. Seu objetivo era fazer com que a extração do petróleo sustentasse também a uma cadeia produtiva setorial encadeada e tecnologicamente moderna no Brasil. Os resultados foram extraordinários:

★ Em 2002, havia cerca de 7 mil trabalhadores na indústria naval; ao final de 2014, eram 82.472;

★ Em 2014, havia polos navais produtores de equipamentos para a indústria de petróleo em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo que apenas os dois últimos já existiam antes da adoção dessa política;

★ Havia onze estaleiros de médio e grande porte em operação no Brasil ao final de 2014, e outros quatro estavam em construção;

★ A carteira de encomendas de nossos estaleiros era a maior do mundo para navios petroleiros, já a de plataformas, sondas e navios de apoio, somada, era a maior do mundo, se considerada uma única operadora.





Antes do golpe, as perspectivas para a indústria de petróleo e gás e a indústria naval a ela associada eram muito favoráveis. No Plano de Negócios e Gestão da Petrobras para 2014-2018, estavam previstos 38 plataformas de produção, 28 sondas de perfuração, 88 navios petroleiros e de transporte de produtos e 146 barcos de apoio, o que mobilizaria um total de U\$ 100,1 bilhões, com conteúdo local entre 55 e 79%. Em relação ao pré-sal, somente para as áreas já ofertadas, esperavam-se a instalação de mais 24 plataformas e a perfuração de aproximadamente 400 poços, com todos os equipamentos e linhas de produção associadas.

vidade na compra desses produtos.

Essas parcerias geraram economia para o Ministério (cerca de R\$ 2,4 bilhões no período 2011-2015), reduziram a dependência do país para a importação desses produtos e garantiram o abastecimento de medicamentos essenciais ao SUS.

Quando ocorreu o golpe, estavam vigentes 85 PDP para desenvolver 91 produtos: 61 medicamentos, 6 vacinas, 19 produtos para a saúde e 5 equipamentos. Já estavam sendo adquiridos pelo Ministério 28 produtos (1 produto para a saúde e 27 medicamentos) e duas PDPs já haviam concluído a internalização de tecnologia (clozapina e vacina influenza).

Encomendas tecnológicas

Outro instrumento utilizado foram encomendas do setor público para que **empresas brasileiras desenvolvessem novas tecnologias e novos produtos** ou, a partir de parcerias com empresas estrangeiras, para que se capacitassem para produzir no Brasil.

Na área da defesa, esse foi o mecanismo utilizado para desenvolver, o cargueiro KC-390, parceria da FAB com a Embraer, bem como o blindado Guarani, parceria do Exército com 125 empresas fornecedoras dos insumos necessários.

As Parcerias para Desenvolvimento Produtivo, firmadas entre o Ministério da Saúde, empresas farmacêuticas internacionais e laboratórios públicos nacionais são outro exemplo do uso desse instrumento. Por meio das PDPs, os laboratórios privados se comprometem a transferir tecnologia para produzir determinado medicamento a laboratórios nacionais em um determinado período de tempo, durante o qual o governo garante aos laboratórios privados a exclusi-



DESMONTE

A expansão da indústria naval brasileira foi comprometida pela combinação do golpe, entrega do pré-sal e destruição da Petrobras sob argumento de combater a corrupção. Em abril de 2016, último dado disponível, a indústria naval já havia reduzido em 64% o contingente de empregados em relação ao pico de 2014. Naquele momento, não havia nenhum contrato para construção de plataformas ou de sondas no Brasil.

A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que é um risco para a continuidade desse esforço de desenvolvimento, no Brasil, de capacidade de gerar inovação e novos produtos. A tendência é que o instrumento das encomendas tecnológicas seja abandonado, com graves prejuízos ao avanço da competitividade de nossa indústria.